

# Direito Financeiro Esquematizado

Thank you categorically much for downloading **Direito Financeiro Esquematizado** .Most likely you have knowledge that, people have see numerous period for their favorite books when this Direito Financeiro Esquematizado , but end going on in harmful downloads.

Rather than enjoying a good ebook following a mug of coffee in the afternoon, instead they juggled past some harmful virus inside their computer. **Direito Financeiro Esquematizado** is to hand in our digital library an online entry to it is set as public suitably you can download it instantly. Our digital library saves in merged countries, allowing you to acquire the most less latency time to download any of our books similar to this one. Merely said, the Direito Financeiro Esquematizado is universally compatible subsequent to any devices to read.

*Do Combate aos Crimes Financeiros e Tributários* - Ives Gandra da Silva Martins  
2022-02-08

"A corrupção é, sem dúvida, um dos maiores males que assola a humanidade, porque cruel, ela contribui para a dor na fila dos hospitais, na mesa vazia do desvalido, eis que, sorrateira, cresce e se

desenvolve na escuridão do analfabetismo. Eis aí a razão pela qual se deve combatê-la, lutando no exercício de regate da cidadania, pouco importando se a tarefa é difícil. Sim, porque as mãos que a praticam, embora sujas, não deixam pegadas na quase totalidade das vezes. (...) É de todo oportuna, imperiosa,

vigorosa a expressão de um enérgico grito de basta, a exigir um ponto final à impunidade, à cavilosa proteção mútua de certos homens que, sob pretexto de cuidar dos interesses de todos só o faziam em benefício próprio e em detrimento da sociedade. Basta! Basta! José Bernardo Cabral in Prefácio Relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1988."

**Curso de direito financeiro brasileiro** - Igor Tenório 1970

The Problem of a National Budget - William Franklin Willoughby 1918

**Esquematizado - Direito Financeiro e Econômico - 4ª edição 2022** - Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho 2022-03-23

Este livro foi concebido com o intuito de ser, essencialmente, didático, com recursos gráficos que auxiliam o estudo e com a metodologia da conhecida Coleção Esquematizado®, coordenada pelo professor

Pedro Lenza. Cabe, portanto, a advertência prévia de que ele foi elaborado com o propósito de servir como roteiro de estudo aos alunos dos cursos de bacharelado em Direito e aos que desejam submeter-se a concursos públicos que exijam conhecimentos gerais do Direito Financeiro e do Direito Econômico. Embora voltada primordialmente ao público referido, acreditamos que, tendo em vista o seu conteúdo técnico e o rigor científico com o qual procuramos conduzir a exposição dos assuntos tratados nesta obra, nela também encontrarão utilidade os profissionais das diversas carreiras jurídicas que fazem do Direito Financeiro e do Direito Econômico as matérias de sua preferência. Todos os temas analisados neste livro foram examinados à luz da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional que disciplina a matéria, referências à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca de cada um dos temas estudados.

Esperamos que esta nova edição possa continuar contribuindo para os estudos daqueles que debruçam suas atenções sobre os relevantes temas da regulação jurídica das finanças públicas e da intervenção do Estado no domínio econômico. Esta edição está de acordo com as Emendas Constitucionais do novo regime dos Precatórios. Programa de direito financeiro e finanças - Walter Paldes Valério 1981

Fundamentos do direito financeiro - Geraldo de Camargo Vidigal 1973

**Direito Financeiro Esquematizado®** - Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho 2018-04-25  
Em linguagem clara e com método de ensino esquematizado, com recursos gráficos que auxiliam o estudo, essa obra foi concebida com o intuito de ser, essencialmente, didática. A obra trata de temas como atividade financeira do Estado, lei de responsabilidade fiscal, despesas públicas,

receitas tributárias, orçamento público, crédito público, fiscalização e controle. Contribui para o estudo daqueles que se debruçam sobre a regulação jurídica das finanças públicas. A obra é indicada para alunos de graduação e para aqueles que se preparam para os principais concursos públicos do país. Atualizado segundo as Emendas Constitucionais n. 95, de 15.12.2016 (que instituiu o [Novo Regime Fiscal] no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União) e n. 99, de 14.12.2017 (que alterou o regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). *Direito Financeiro - Série Universitária* - Ana Carla Bliacheriene 2013-08-12  
O Estado é o titular das finanças públicas e a ele compete a arrecadação tributária, filão maior das receitas que abastecem os cofres públicos. Quais limites podem ser impostos ao Poder Público? Quem controla a

assunção de dívida dos entes federativos? Qual o papel dos Tribunais de Contas? Estas e outras questões são estudadas e aprofundadas na obra.

### **Estudos sobre ITCMD -**

Carolina Sena Vieira

2021-02-19

O ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) é um tributo com enorme relevância financeira no Brasil e tem ganhado importância cada vez maior, tanto nos projetos de reforma tributária em debate, quanto nos planejamentos sucessórios. Apesar disso, trata-se de exaçoão ainda pouco explorada pela doutrina e jurisprudência nacionais, e ainda menos em Santa Catarina. Esta foi a razão pela qual a Comissão de Direito Tributário da OAB/SC desenvolveu esta obra, pretendendo apresentar à comunidade jurídica textos de aplicabilidade prática que não perdessem a profundidade acadêmica necessária à boa doutrina. Esperamos que os textos sirvam para trazer luz a todos aqueles que se debruçam sobre tal tributo e suas

peculiaridades factuais e normativas tanto em seus estudos quanto em seu dia a dia profissional na advocacia, contabilidade, consultoria ou outras atividades correlatadas. *Crise e transformações do estado: apontamentos e perspectivas* - Álvaro A.

Sánchez Bravo 2018-07-06

A sociedade democrática é marcada pela diversidade de interesses que leva a existência de conflitos políticos e sociais entre os diferentes setores que compõem essa mesma sociedade, os quais desembocam no judiciário para sua resolução. Um dos meios encontrados para a composição desses conflitos é a recorrência ao instituto da mediação. Daí exsurge uma indagação: seria eficaz utilizar-se da teoria da comunicação de Habermas? Eis uma proposição de análise intrigante. Na relação entre o público X privado, a questão da religiosidade é tema que ocupa amplo espaços na mídia mundial, fruto dos confrontos que decorrem da multiplicidade de visões e correspondente práticas. A

análise sobre o tema coloca em debate as concepções de esfera pública e privada em relação ao conceito de liberdade e responsabilidade segundo as visões de Zygmunt Bauman e Hannah Arendt. É um conjunto de análises muito bem elaboradas sobre um tema recorrente não só para a academia, mas também presente nos debates relativo às decisões políticas e econômicas: qual é o atual estado da arte dos Estados nacionais? Boa leitura.

Capítulos: 1 - PROGNOSIS MARXISTA SOBRE GLOBALIZACIÓN Y LA CRISIS DEL ESTADO: LA NECESIDAD DE LA REVOLUCIÓN 2 - FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES DE HABERMAS NA SUPERAÇÃO DA CRISE DO ESTADO 3 - A PROPOSTA JURÍDICA PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE NO ESTADO POR LUIS ALBERTO WARAT 4 - OS PENSADORES E A CRISE DO ESTADO LIBERAL 5 - O ESTADO EM CRISE E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS

HUMANOS A PARTIR DO COSMOPOLITISMO: A QUESTÃO DOS REFUGIADOS 6 - UMA DAS) CRISE(S) URBANO-AMBIENTAL(IS) BRASILEIRA(S): A VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS NAS FAVELAS 7 - A FALIBILIDADE DO SISTEMA DEMOCRÁTICO REPRESENTATIVO NO BRASIL: DA (IN)EFETIVA PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO FORMA DEMOCRÁTICA 8 - FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 9 - REFLEXÕES SOBRE A ARGUMENTAÇÃO PÚBLICA E O CONTEÚDO DA DEMOCRACIA: BREVE EXAME ENTRE AS IDEIAS DE RAWLS, HABERMAS E SEN 10 - A MEDIAÇÃO E A TEORIA DO DISCURSO DE HABERMAS: POLÍTICAS PÚBLICAS NO TRATAMENTO DOS CONFLITOS 11 - DA EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE DO USO DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NA UNIVERSIDADE 12 - VIDA

PÚBLICA X VIDA PRIVADA:  
POR UMA FILOSOFIA DE  
RESPONSABILIDADE  
POLÍTICA: DIFERENÇAS E  
APROXIMAÇÕES 13 - OS  
CONTORNOS DA  
(IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA  
NO BRASIL: PONDERAÇÕES  
ACERCA DA LAICIDADE,  
LIBERDADE E DIVERSIDADE  
p.p1 {margin: 0.0px 0.0px  
0.0px 0.0px; font: 12.0px  
Helvetica} p.p2 {margin: 0.0px  
0.0px 0.0px 0.0px; font: 12.0px  
Helvetica; min-height: 14.0px}

**Liberalism and Democracy** -  
Norberto Bobbio 2005

A magisterial introduction to  
the relationship between  
liberalism and democracy, from  
its beginnings in classical  
Greek thought to our own  
times.

*Tributação e sustentabilidade  
ambiental* - Ana Alice De Carli  
2015-09-02

Se, por um lado, o  
desenvolvimento econômico é  
requisito da modernidade e da  
paz social, por outro, os  
recursos naturais necessários à  
sua realização são exauríveis e  
finitos, o que impõe ações  
efetivas para proteção e

preservação dos elementos  
fundamentais à continuidade  
da vida em nosso planeta. A  
partir de uma linguagem clara  
e de uma visão multidisciplinar  
e holística, objetiva-se com o  
presente livro difundir ideias e  
propostas de autores  
brasileiros e estrangeiros, os  
quais trarão suas contribuições  
acerca de temas relevantes  
envolvendo meio ambiente,  
desenvolvimento econômico,  
vida digna, sustentabilidade e  
tributação.

Repercussão Geral no Direito  
Tributário - Marcos Aurélio  
Pereira Valadão 2020-03-24

É de fundamental importância  
que o estudo jurídico no Brasil  
dedique mais atenção a análise  
de casos que tenham sido  
submetidos ao Poder Judiciário  
de maneira que se possa  
compreender como nossos  
tribunais abordam e tratam de  
temas tributários das mais  
diversas naturezas. Com o  
advento da Lei nº 13.105/15, o  
novo Código de Processo Civil  
(CPC/2015), o recurso  
extraordinário, assim como o  
seu requisito da repercussão  
geral, ganhou força, tendo em

vista as discussões que envolvem a adoção ou não de um sistema de precedentes pelo código, bem como pela importância que as decisões proferidas nessa espécie recursal representam dentro do ordenamento jurídico. Assim, o foco da presente obra são os Recursos Extraordinários e sua sistemática da repercussão geral, especialmente, aqueles relacionados as contribuições de um modo geral, que buscou ampliar os efeitos daquilo que é decidido pelo Supremo Tribunal Federal, servindo também como um filtro recursal que impede a repetição de demandas já apreciadas pelo tribunal. In Introdução

*Pratica Tributária* - Miguel Carlos Cristiano - Pedro Augusto Scerni 2014-10-09  
Como elaborar uma petição inicial, abordando todas as peculiaridades da estrutura da peça de forma aprofundada e acadêmica, bem como, trazendo as principais peças do Direito Tributário com um modelo individual de cada

*Women, Business and the Law 2020* - World Bank Group  
2020-04-24

The World Bank Group's *Women, Business and the Law* examines laws and regulations affecting women's prospects as entrepreneurs and employees across 190 economies. Its goal is to inform policy discussions on how to remove legal restrictions on women and promote research on how to improve women's economic inclusion.

**GESTÃO ORÇAMENTÁRIA:  
ASPECTOS RELEVANTES  
NO ÂMBITO DA  
SEGURANÇA PÚBLICA DO  
ESTADO DO RIO GRANDE  
DO SUL** - Cláudio Ricardo Pereira

**Dívida Pública** - José Mauricio Conti 2019-08-02

A dívida pública é seguramente o tema menos explorado e mais complexo do Direito Financeiro, o que não se pode aceitar nem justificar, por ser dos mais relevante se que mais afeta vida de todos nós. Superar as barreiras que o endividamento público impõe é

uma tarefa de governantes e governados, e para isso é preciso em primeiro lugar conhecer e compreender os fenômenos que a integram. Enfrentar esse desafio é o que se propuseram os autores dessa obra, e o fizeram com invejável desenvoltura, explorando aspectos como o conceito, orçamentação, contabilização, gestão, planejamento, limites, controle e a responsabilidade intergeracional, tornando essa obra referência aos que queiram explorar esse tema tão instigante.

*Curso De Direito Financeiro Brasileiro* - Marcus Abraham  
2013-07-31

O Direito Financeiro evoluiu. Não se trata mais daquela ciência jurídica que estudava apenas as finanças do Estado para a realização de suas funções perante a coletividade, e, especificamente, em relação às suas receitas e às suas despesas, bem assim, as formas de controle, pautadas no ramo do Direito Orçamentário. Atualmente, o estudo do Direito Financeiro

engloba questões relacionadas à efetivação da justiça fiscal. Preocupa-se com a maneira mais equitativa de arrecadação, especialmente na sua fonte tributária.

Desenvolve os mecanismos de gestão do Erário, que passam a se pautar em normas de governança pública, direcionando a sua atuação por medidas que se parametrizam pela moralidade, ética, transparência, eficiência e responsabilidade. Impõe aos gastos públicos novas formas de controle, a fim de observar o melhor interesse da coletividade, atribuindo ao gestor da coisa pública a responsabilização pelos seus atos e decisões na sua administração. E é disso que este livro trata.

**Direito Administrativo Esquematizado - 4ª Edição 2021** - Spitzcoskt, Celso  
2021-01-15

*MANUAL DO VEREADOR* - Frederico Cattani 2020-06-05  
O livro serve como meio de estudo para quem pretende exercer a função de vereador



de um município, que é, inegavelmente, a pretensão de diversos cidadãos em todos os anos eleitorais. Este livro é uma ferramenta para informar, apresentar, explicar, formar e atualizar aqueles que concorrem ou ocupam função de tamanha responsabilidade social. "Manual do Vereador: tópicos para formação e atualização merece atenção em tempos de tantas mudanças na área política, tanto em nível nacional quanto municipal. Mudanças bem-vindas que fazem o povo pensar e assumir suas responsabilidades em relação ao voto, ao acompanhamento e cobrança daqueles que se propõem a ocupar cadeiras representativas na comunidade". (Prefácio por Dr. Sérgio Augustin, Juiz de Direito aposentado, Procurador-Geral do Município de Caxias do Sul - RS).

**Introdução ao estudo do direito tributário** - Antonio Claudio Portella Serra e Silva  
2022-03-31

Como disciplina jurídica, o direito tributário é a que tem

maior impacto em nossas vidas. Entretanto, não ocupa o espaço de destaque que deveria ter no Curso de Direito. Por isso, é preciso mais do que nunca mudar a imagem da disciplina. Com uma linguagem simples, concisa e bastante objetiva, o livro é voltado, sobretudo, para a comunidade acadêmica. O objetivo desse livro é aproximar o aluno das discussões relacionadas à tributação, despertar o seu interesse em participar de debates sobre a matéria, bem como desenvolver um raciocínio crítico acerca dos aspectos fundamentais do Sistema Tributário Nacional. A obra está dividida em seis capítulos: I - Direito Tributário; II - Conceito de Tributo; III - Espécies Tributárias; IV - Competência Tributária; V - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar e; VI - Imunidades Tributárias. Ao discorrer sobre tais temas, além da discussão doutrinária, houve a preocupação em trazer para o leitor o entendimento jurisprudencial firmado em teses de repercussão geral, em

recursos repetitivos, em súmulas do STF e do STJ. O livro foi planejado e idealizado para mostrar aos alunos que é possível não apenas conhecer, mas gostar do Direito Tributário.

**A Trajetória do Sistema de Controle Interno** - Frederico Perini Muniz 2020-10-19

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI) tem base constitucional e alcança todos os órgãos e entidades federais, além da execução de recursos públicos da União pelos entes federativos ou por organizações privadas. Insere-se no contexto dos mecanismos de controle que têm por objetivo verificar a legitimidade dos atos administrativos e averiguar a legalidade e eficácia dos gastos do setor público. Mesmo com tal competência e abrangência, a função de controle interno realizada pelo SCI ainda não foi abordada de forma adequada pela doutrina jurídica mais difundida. Seu órgão central, a Controladoria-Geral da União (CGU), ganhou

novas atribuições desde sua criação. Assim, foi traçada a trajetória institucional da CGU, demonstrando os caminhos jurídicos trilhados, bem como identificando os impactos dessas mudanças para o SCI.

**PASSE EM CONCURSOS PÚBLICOS - MANUAL DE DICAS** - BRUNO AVILA GUEDES KLIPPEL 2017-10-06

A partir do sucesso do Manual de Dicas ? Passe na OAB 1ª Fase do Exame de Ordem, muitos leitores sugeriram a elaboração de uma obra direcionada a concursos com esse mesmo conceito. Na esteira do sucesso da coleção Passe em Concursos Públicos ? Questões Comentadas, cujos volumes são divididos por carreiras, as duas ideias se fundiram, resultando na coleção Manual de Dicas ? Passe em Concursos Públicos, com volumes divididos também por carreiras. Dentre as principais características desta coleção está a objetividade de seu discurso. As dicas abordam o conteúdo de cada disciplina, especificamente direcionada à respectiva carreira, bem como

macetes e destaques para os assuntos mais importantes. Além disso, as dicas sobre temas de maior incidência nos concursos foram etiquetadas, a fim de facilitar a identificação do que, estatisticamente, é mais cobrado. Para desenvolver este trabalho, contamos com a experiência de nomes dos principais cursos preparatórios do País. Esta coleção foi pensada e elaborada para você, que não tem tempo a perder. Direcione seus estudos ao que realmente interessa, de forma objetiva, direta e eficaz.

### **Teoria Constitucional Esquematizada em Quadros**

- Gabriel Dezen Junior  
2015-12-10

Esta obra foi feita para proporcionar o entendimento mais completo, mais profundo e mais didático da teoria constitucional moderna. Utilizando um método único e inovador de apresentação de conteúdo, concebido pelo autor e fundamentado no uso intensivo de quadros e notas explicativas, todos os principais tópicos da matéria são

analisados e expostos com clareza e de forma completa. Toda a evolução do constitucionalismo; a origem, evolução e posição atual das teorias de interpretação constitucional; o poder constituinte e todas as suas variáveis; todas as hipóteses de conflitos de normas no tempo e no espaço; a norma constitucional e sua teorização; a evolução e tipologia conceitual de Constituição; o controle de constitucionalidade: TUDO e apresentado e tornado compreensível pelo modelo de esquematização em quadros, tornando a leitura e o estudo fluidos, claros e eficientes.

**Direito Tributário** - Jorge Henrique Sousa Frota  
2019-07-19

O livro "DIREITO TRIBUTÁRIO: Conceitos e questões comentadas em concursos de contabilidade" possui como objetivo ser um guia seguro para o estudante de contabilidade, contador e contabilista no seu preparo para o ingresso na Administração Pública via

concurso. Os conceitos presentes na obra, são os mais corriqueiros nos concursos em Direito Tributário, e foram retirados a partir da resolução de questões ao longo dos anos, especialmente naquelas provas, onde o cargo é privativo do contador e/ou contabilista. O respectivo livro possui o mesmo raciocínio das obras já publicadas pelo autor, quais sejam: : “Exame da ordem em direito tributário: Guia completo” e “Exame da ordem em direito tributário: Guia prático”, inclusive como bônus para o estudante que adquirir o opúsculo, foi inserido na parte 03, todas as questões em direito tributário (comentadas) dos exames unificados da OAB, desde que o mesmo se tornou unificado.

Curso de direito financeiro e orçamentário - Flávio de Azambuja Berti 2021-09-28  
O escopo do livro é uma análise criteriosa e sistemática a propósito da atividade financeira do Estado e dos desdobramentos e decorrências da mesma, com um olhar especial para os

quatro grandes aspectos do Direito Financeiro e que são objeto de normatização jurídica, especialmente à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Contabilidade Pública: a) os orçamentos públicos; b) as despesas públicas; c) as receitas públicas; d) o crédito público. A título de atribuir maior robustez à temática das finanças públicas foi incluído um quinto capítulo relativo ao controle externo da Administração Pública, particularmente em relação à sua atividade financeira com foco nas competências e atribuições dos Tribunais de Contas, o que consiste em inovação, pois há muita carência de base doutrinária a respeito.

*PASSE EM CONCURSOS PÚBLICOS - 11.000 QUESTÕES COMENTADAS* - ALESSANDRO CAVALCANTE SPILBORGHS 2017-10-06  
Entre os métodos mais eficazes para a preparação do concurseiro está a realização de testes práticos. Nada mais recomendável, portanto, do

que praticar resolvendo toneladas de questões de provas anteriores. "Passe em Concursos Públicos ? 11.000 Questões Comentadas" é muito mais que uma grande coletânea de questões comentadas, alternativa por alternativa, e reunidas em um único volume. Seus diferenciais representam tudo o que qualquer concurseiro deseja para obter sucesso. A classificação das questões por disciplina, por tema, por subtema e por banca organizadora proporciona ao candidato a melhor administração de seu tempo e o maior aproveitamento do estudo, direcionando-o para suas reais necessidades. Além disso, a obra aborda mais de 250 provas atuais para diversos cargos e instituições públicas, de variadas bancas organizadoras e institucionais (mais de 70), incluindo questões do Exame da Ordem para concurseiros-examinandos. Contém, ainda, índices multidisciplinar e por banca para facilitar o manuseio nas mais de 2.280 páginas. São

mais de 30 disciplinas, incluindo Português. Trata-se de material completo, seguro e de qualidade, resultado da experiência e da competência do coordenador, Marcelo Hugo da Rocha, e de autores especializados nas respectivas disciplinas. Você tem nas mãos um poderoso instrumento facilitador para seus estudos. Usado sem moderação, este livro o ajudará a conquistar a tão desejada aprovação.

**The Self-restraining State** - Andreas Schedler 1999

This text states that democratic governments must be accountable to the electorate; but they must also be subject to restraint and oversight by other public agencies. The state must control itself. This text explores how new democracies can achieve this goal.

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA PRÁTICA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL EM DE - TATHIANE DOS SANTOS PISCITELLI 2017-10-06

A Série GVlaw, editada pelo Programa de Educação Executiva da DIREITO GV (GVlaw), investe na ampla difusão do conhecimento produzido na Escola e no emprego de métodos participativos de ensino. Serve de suporte para uma prática pedagógica que aposta na autonomia discente, buscando superar a visão que assume o professor como detentor de todas as respostas e o aluno como espectador passivo de conhecimentos transmitidos por seus mestres. O livro é coordenado pela Professora TATHIANE PISCITELLI, com a participação de juristas renomados: Daniel Monteiro Peixoto, Eurico Marcos Diniz de Santi, Francisco Secaf Alves Silveira, German Alejandro San Martín Fernández, Guilherme Lautenschlaeger Novello, Karem Jureidini Dias, Marcelo Guerra Martins, Renato Lopes Becho, Roberto Fleury de Arruda Camargo, Roberto França de Vasconcellos, Roberto Quiroga Mosquera e Vanessa Rahal Canado. A obra aborda temas gerais da ciência

tributária, sempre trazendo o tratamento jurisprudencial acerca do tema. São tratados temas cotidianos para os advogados militante na área, como a imunidade dos livros eletrônicos, natureza jurídica dos emolumentos judiciais e extrajudiciais, regulação de condutas, sigilo bancário, ISS, lei de responsabilidade fiscal, planejamento tributário, incidência do ICMS na importação, responsabilidade tributária dos sócios e de terceiros, decadência, entre outros.

Open Data Day - Tiago J. S. L. B. 2020-11-19

A obra coletiva é resultado do evento “Open Data Day”, realizado pelo terceiro ano consecutivo na cidade de Natal/RN, com o objetivo de promover um debate democrático sobre o uso de dados abertos a partir de uma perspectiva multidisciplinar. As pesquisas propostas estão alinhadas com o princípio da governança democrática e colaborativa para o uso da internet, de modo que a obra condensa trabalhos científicos

de membros da comunidade acadêmica, da sociedade civil e do Governo, incentivados a aplicarem a Ciência Aberta em suas iniciativas.

*Direito financeiro esquematizado* - 2014

Manual de Direito Tributário -  
JULIO ANDERSON ALVES

BUENO

Segundo livro da Coleção Ícones do Direito, coordenado pelo Professor André Puccinelli Júnior, este Manual contempla, em um único volume, os assuntos necessários ao estudo do Direito Tributário. De forma bastante didática, a obra está estruturada em quinze capítulos, abarcando toda a matéria de grade de Direito Tributário: direito tributário, tributo, legislação tributária, sistema tributário nacional, obrigação tributária, crédito tributário, suspensão do crédito tributário, extinção do tributário, exclusão do crédito tributário, impostos federais, impostos estaduais, impostos municipais, garantias e privilégios do crédito tributário, administração

tributária, processo judicial tributário.

**Pareceres 1972: ... se encontram publicados os pareceres emitidos no período de 18 de maio a 16 de dezembro de 1972** -  
Brasil. Ministério da Saúde. Consultoria Jurídica 1972

*Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)* -  
Daniela Silveira Lara  
2020-01-30

A partir de uma contextualização histórica constitucional do Brasil, bem como da grande transformação do setor de telecomunicações nas últimas décadas, após a privatização, e da necessidade de investimentos para sua massificação e desenvolvimento de novas tecnologias, esta obra analisa o comportamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em contraposição ao entendimento da doutrina brasileira na análise dos principais requisitos de validade das contribuições de intervenção no domínio econômico (Cide) com sua aplicação na principal

Cide cobrada do setor de telecomunicações, a contribuição ao Fundo de Universalização do Setor de Telecomunicações (Fust). Tendo em vista tal análise crítica, este livro apresenta uma solução prática para o impasse criado com a cobrança de uma contribuição que, apesar de ser um importante instrumento para a promoção de eficientes políticas públicas, nunca foi aplicada a seus fins constitucionais.

Direito Financeiro - André Luiz de Matos Gonçalves  
2022-05-09

Esta obra aborda, de uma forma resumida e esquematizada, a dinâmica da atividade financeira do Estado a partir da ciência das finanças, para o atingimento do bem comum, investigando os fenômenos atrelados à obtenção e ao dispêndio de recursos para o seu funcionamento. Embora por vezes haja alguma confusão entre a ciência das finanças e o direito financeiro, pois ambos se debruçam sobre a atividade financeira do Estado, buscamos

elementos para diferenciar cada um, circunstanciando os limites do ponto de vista teórico, e das normas que regulam esta atividade. Para tanto, fazemos um apanhado sobre Direito Tributário, como sub-ramo do Direito Financeiro, e sua distinção com as ferramentas de condução orçamentária (PPA, LDO e LOA), para tornar mais claro as ações determinantes do Estado na condução de suas atividades financeiras em um ambiente econômico, político e jurídico.

**Revista Internacional  
Consinter de Direito - Ano  
IV - Número VII - 2018-12-19**  
Publicação Semestral Oficial do Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação  
*Poder Judiciário* - José Mauricio Conti 2019-09-12

"Reconhecendo o primor da produção intelectual dos pesquisadores, professores, mestrandos e doutorandos vinculados ao Grupo de Pesquisa, o ilustre professor Dr. José Maurício Conti congregou na presente publicação 40 textos que



expandem a nossa compreensão sobre temas encantadores e ainda pouco abordados pela literatura especializada, como governança democrática no Poder Judiciário, judicialização de políticas públicas e realização de direitos sociais, controles de despesas e fiscalização financeira e orçamentária dos órgãos judiciais, entre outros. Além da agregação de material científico da mais alta qualidade técnica, a presente obra representa contribuição de valor singular para a reconstrução crítica do Direito Financeiro brasileiro. Espera-se que as reflexões aqui veiculadas sirvam ao desiderato - difundido com tamanho afincamento na trajetória acadêmica do prof. Dr. José Maurício Conti - de reconhecimento das regras financeiras como mandados de racionalização e estruturação da nossa democracia constitucional. In Prefácio de Gilmar Ferreira Mendes" *Tratado de direito financeiro - Volume 2* - CARLOS VALDER

DO NASCIMENTO 2017-10-06  
É sabido que, para cumprir os seus encargos, o Estado realiza as despesas públicas, fixadas pelas leis orçamentárias e, para tanto, precisa obter, em quantidade necessária e suficiente, as receitas públicas, previstas nas mesmas leis. Neste artigo, serão expostas algumas anotações sobre os conceitos, histórico e as classificações das receitas públicas.

Transconstitutionalism -

Marcelo Neves 2013-05-01

Transconstitutionalism is a concept used to describe what happens to constitutional law when it is emancipated from the state, in which can be found the origins of constitutional law.

Transconstitutionalism does not exist because a multitude of new constitutions have appeared, but because other legal orders are now implicated in resolving basic constitutional problems. A transconstitutional problem entails a constitutional issue whose solution may involve national, international,

supranational and transnational courts or arbitral tribunals, as well as native local legal institutions.

Transconstitutionalism does not take any single legal order or type of order as a starting-point or ultima ratio. It rejects both nation-statism and internationalism, supranationalism, transnationalism and localism as privileged spaces for solving constitutional problems. The transconstitutional model avoids the dilemma of 'monism versus pluralism'. From the standpoint of transconstitutionalism, a plurality of legal orders entails a complementary and conflicting relationship

between identity and alterity: constitutional identity is rearticulated on the basis of alterity. Rather than seeking a 'Herculean Constitution', transconstitutionalism tackles the many-headed Hydra of constitutionalism, always looking for the blind spot in one legal system and reflecting it back against the many others found in the world's legal orders.

**Direito administrativo brasileiro: Introdução, princípios do direito administrativo, atos administrativos, contratos administrativos, funcionários públicos** - José Cretella Júnior 1983